

A controvérsia em torno da liberação das pesquisas com células tronco embrionárias no Brasil: posições e argumentos dos representantes da Igreja Católica

Lilian Sales

Universidade Federal de São Paulo

RESUMO: Neste artigo buscaremos compreender uma parte da controvérsia em torno da liberação do uso de células tronco embrionárias em pesquisas. Deveremos nos centrar nos posicionamentos contrários a esta liberação, empreendidos especialmente por agentes ligados à Igreja Católica. Analisaremos os argumentos e estratégias utilizados por estes agentes para se posicionar contra a liberação, adotando uma posição “em defesa da vida”, e as diferentes formas como esta posição é defendida nas diferentes instâncias envolvidas nesta controvérsia. A centralidade da presença de elementos de base teológica/doutrinal e de elementos de base científica será observada em cada uma das instâncias da Instituição Católica, constituindo parte importante da construção da legitimidade de seu argumento contra liberação do uso das células tronco embrionárias em pesquisas.

PALAVRAS-CHAVE: Controvérsia, espaço público, células tronco embrionárias, Igreja Católica, bioética.

A Lei de Biossegurança foi aprovada em 2005 pelo Congresso Nacional autorizando as pesquisas com células tronco embrionárias, desde que provenientes de embriões gerados por fertilização *in vitro* considera-

dos inviáveis ou congelados há mais de três anos. Entretanto, em 16 de maio de 2005, o procurador-geral da República Cláudio Fonteles, reagindo contra esta definição da lei, entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra o artigo 5º da Lei de Biossegurança, “alegando que este violaria o preceito constitucional da inviolabilidade da vida humana e o princípio de dignidade da pessoa humana”. Segundo o promotor, a vida humana começaria com a fecundação, e o uso de células tronco embrionárias, ao promover o descarte de embriões, seria um atentado contra a vida e a dignidade destes.

A ação foi a julgamento no Supremo Tribunal Federal em maio de 2008. Nos meses que antecederam ao julgamento houve um grande debate público, estabelecido sobretudo na mídia, polarizando opositores e defensores da liberação das pesquisas com uso de células tronco embrionárias. Esta controvérsia, e a constelação de argumentos que a constituiu, foi também explicitada na audiência pública convocada pelo STF em abril de 2007, bem como durante o julgamento da ação.

A audiência pública, chamada pelo relator da ADI no Supremo Tribunal Federal no dia 20 de abril de 2007, deu voz a 22 especialistas de áreas relacionadas ao tema, como médicos, biólogos e biomédicos, dos quais onze se posicionaram contra a liberação das pesquisas e outros onze assumiram posições favoráveis ao uso das células tronco embrionárias.

Vários grupos e instituições assumiram posições na mídia, na audiência pública e no julgamento, entre elas a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que se colocou como parte interessada na questão ao lado do requerente Cláudio Fonteles. Por outro lado, grupos ligados aos direitos humanos e grupos militantes pelos direitos das pessoas portadoras de doenças genéticas foram aceitos como *Amicus Curiae* no processo, posicionando-se em defesa da totalidade da Lei de Biossegurança. O resultado do julgamento foi a aprovação do artigo 5º da Lei de Biossegurança, porém por apenas seis votos contra cinco.

Desde o momento da audiência pública, e com mais frequência com a aproximação da data do julgamento, o debate sobre este tema se tornou recorrente na arena pública brasileira. Neste artigo, nos focaremos em um dos atores que se destacam na controvérsia: a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Nos centraremos em uma parte desta controvérsia, observando como é constituído o seu argumento contra o artigo 5º da Lei de Biossegurança e quais categorias e ideias são mobilizadas na sua formulação.

Neste aspecto, o argumento utilizado pelo procurador-geral da República assemelha-se ao desenvolvido pelos atores que se colocaram contra o artigo 5º da Lei de Biossegurança: a defesa da dignidade da pessoa ao considerar que a vida humana tem início no momento da fecundação. Nesta concepção, qualquer ato realizado contra (ou com) os embriões é considerado crime contra a pessoa e contra a vida.

Este é o argumento chave em torno do qual se agrupam os agentes que se posicionam contra a liberação do uso de células tronco embrionárias em pesquisas. Buscaremos compreender, por um lado, como estes discursos aparecem publicamente, quais seriam as estratégias mobilizadas para a sustentação e visibilidade dos argumentos e por outro, quais os valores são arregimentados no processo para torná-los legítimos. Antes disso, é preciso retomar alguns pontos que se colocam como premissas em nosso trabalho.

1. Religião e espaço público

As discussões sobre a presença de agências religiosas no espaço público no Brasil provocam diferentes tipos de análises e posicionamentos por parte dos cientistas. Há por um lado, uma linha de pensamento dos estudos da religião, de inspiração weberiana, que considera esta presen-

ça como uma contraposição à teoria da secularização e à modernidade, concebendo que o processo de modernização das sociedades resultaria na separação da sociedade em esferas e na secularização, a religião se retiraria da esfera pública, estando restrita à vida privada dos indivíduos.

Pierucci (1996) destaca que a secularização remete-se a luta da modernidade cultural contra a religião, a separação da sociedade em esferas – sendo a esfera religiosa separada da esfera política. Para este autor a secularização, nos termos adotados por Weber, já aconteceu, trata-se de um processo irreversível, a criação e a emancipação das esferas já ocorreu. Neste paradigma, o processo de modernização traria efeitos negativos para a religião, pois haveria uma crescente racionalização da dominação política, que é laicizadora, concomitante ao avanço do desencantamento do mundo. Nesta linha interpretativa, a secularização compõe o processo de modernização, e leva ao declínio da religião, que perde influência na esfera pública – o Estado é laico.

Este autor, inclusive, vai além, afirmando que se trata mesmo de *declínio da religião*, pois, com a separação em esferas, desde o século XVIII a religião perdeu o lugar que ocupava nas sociedades tradicionais e essa perda de lugar vem aumentando. A religião estaria restrita, na atualidade, ao âmbito da vida privada das pessoas, não exercendo qualquer influência pública. Nesse sentido, a manutenção da presença da religião na esfera pública é considerada por alguns destes cientistas como uma evidência de retrocesso, o oposto da modernização da sociedade.

Por outro lado, Montero (2006) e Giumbelli (2008), chamam a atenção para a necessidade de observar as especificidades do processo de separação da sociedade em esferas ocorridos em cada sociedade. Neste aspecto, o processo histórico de separação das esferas na sociedade brasileira deve ser considerado. Segundo Montero, o processo de laicização do Estado brasileiro foi acompanhado pelo processo de separação das esferas religiosa e política, entretanto, a secularização da sociedade não ocorreu

da mesma forma, sendo que “a subtração radical de amplos setores da sociedade civil à influência católica ou o refluxo do religioso em geral para a esfera doméstica” não aconteceram (2006, p. 48).

Dessa maneira, a Igreja Católica permaneceu presente e influenciando a sociedade civil. A religião católica, por exemplo, operou como modelo e referência para a formulação de direitos e enquadramento das práticas populares enquanto práticas religiosas, desafiando, pois, o processo de secularização da sociedade brasileira (Montero, 2006). Nesta chave de compreensão, o pluralismo religioso brasileiro seria decorrente de um processo histórico de controvérsias públicas sobre práticas de cura, de feitiçaria e de possessão que teria implicado na “invenção” de novas religiões.

Giumbelli segue a mesma linha interpretativa, tentando compreender as especificidades do processo de secularização na sociedade brasileira. Segundo o autor, “certas formas de presença da religião no espaço público não foram construídas por oposição à secularização, mas, por assim dizer, no seu interior. Em outras palavras, foi no interior da ordem jurídica encimada por um estado comprometido com os princípios da laicidade que certas formas de presença da religião ocorreram” (2008, p. 18). O autor analisa como se dá essa relação, demonstrando que, no caso brasileiro, a presença da religião na esfera pública foi constituída no próprio processo de laicização da sociedade.

Este autor demonstra diferentes vias de presença da religião no espaço público. No caso brasileiro, cada uma das três grandes matrizes religiosas – a Igreja Católica, os evangélicos e as religiões afro-brasileiras – utilizam diferentes estratégias e investimentos para construírem a sua presença no espaço público.

A Igreja Católica, por exemplo, tem constantemente formulado posições e defendido argumentos nos debates públicos nacionais. Ela historicamente se posicionou em defesa dos direitos civis, dos direitos do

homem e da cidadania. Já no que se refere aos direitos sexuais e reprodutivos, bem como em algumas questões relacionadas à biotecnologia e bioética a sua posição foi clara e explicitamente contrária – seguindo o direcionamento instituído pelo Vaticano. Enquanto instituição, ela procura intervir na “política” e no “social”, produzindo discursos que justifiquem sua posição e conclamando seus fiéis a apoiá-la.

Neste ponto, importa nos reportarmos a algumas reflexões realizadas por Philippe Portier (2012) sobre a presença da Igreja Católica nas decisões e normas formuladas pelo Estado francês. Segundo Portier, a Igreja Católica na França elabora estratégias de intervenção na esfera de deliberação pública que operam em duas arenas: a sociedade civil e a sociedade estatal.

No espaço social, também chamado de sociedade civil, o autor visualiza dois tipos de intervenção, realizada por meio de dois modos de ação através dos quais a Igreja difunde suas ideias neste espaço: um modo de ação discursivo, embasado em posições oficiais do Vaticano, em que aplica termos da razão pública, como de discursos sobre os direitos do homem e a dignidade humana. Outro modo de ação popular, organizando a difusão de suas concepções por meio de campanhas, blogs, colóquios, em busca da formação de opinião de acordo com os fins de sua doutrina.

A segunda forma de intervenção ocorreria no espaço estatal, dirigida diretamente à classe político-jurídica. Nesta segunda arena de intervenção o Estado francês se informa da posição das igrejas sobre os temas em debate, as instituições religiosas são ouvidas, tendo o direito de se manifestar, desde que se submetam às regras da democracia constitucional e se expressem nos termos da razão pública. O político na França “se informa da palavra religiosa das instituições crentes” (Portier, 2012, p. 89). Elas intervêm como um elemento entre os demais, e não como fornecedora de um valor normativo direto. Neste aspecto, o Estado, em suas tomadas de decisão, vem sendo informado por círculos de

conselhos que emanam da sociedade civil. As normas são apoiadas na participação imediata daqueles a quem estão destinadas, entre elas as instituições religiosas.

As reflexões de Portier sobre as estratégias de intervenção da instituição católica no espaço público merecem ser consideradas no contexto brasileiro, dado que algumas estratégias de ação e posições da Igreja Católica são padronizadas para todo o seu *corpus* institucional. Neste aspecto, em nossa pesquisa, as formas de ação e estratégias dos agentes vinculados ao catolicismo nas controvérsias públicas no Brasil mostraram-se bastante semelhantes às intervenções da Igreja nas decisões do Estado Francês destacadas no trabalho do autor

As posições institucionais sobre as questões da bioética são exemplos desta padronização. A Igreja Católica possui uma grande expertise sobre temas colocados em debate no espaço público, contando com uma longa história de análises científicas e doutrinárias, que aparecem na forma de publicações oficiais do Vaticano sobre os temas da bioética. Desde a década de 1960, quando se coloca contra a contracepção artificial, estas publicações oficiais se tornam cada vez mais recorrentes, especialmente a partir da década de 1990, quando temas como as novas tecnologias reprodutivas, o aborto e a eutanásia foram sendo colocados na ordem do dia nos Estados Nacionais, que começaram discutir e produzir legislações sobre esses temas.

Neste contexto, a instituição católica produz uma série de textos sobre temas que julga essenciais para a sua hierarquia de valores, o primeiro deles em 1968, sobre a contracepção artificial e o último em 2008, a Instrução *Dignitas Personae*, em que discorre sobre as novas tecnologias reprodutivas. Além disso, possui um rol de especialistas sobre tais temas, composto por teólogos e cientistas.

Seguindo esta tendência da alta hierarquia, a partir da década de 1990 do século xx os sacerdotes, especialmente bispos e teólogos, ado-

tam um verdadeiro ativismo bioético, que se manifesta com maior força nos momentos em que esses temas eram abordados nos diversos países. Na França o debate foi estabelecido desde a década de 1990 e, em especial durante a primeira década do século XXI, quando foi votada, por exemplo, a legislação sobre a bioética, que abrangia a reprodução assistida e o uso de células embrionárias em pesquisa. Já na Itália, a militância aconteceu um pouco posteriormente, também por conta da votação da legislação de bioética.

Existe, pois, uma posição institucional que se consolida na forma de estratégias de ação e discursos no espaço público, estando voltados para a sociedade civil em suas diversas instâncias e também para a sociedade estatal. Os trabalhos mencionados consideram a Igreja Católica produzindo um discurso único sobre os temas da bioética, pois se tratam de abordagens que observam a Igreja do ponto de vista institucional. Esta ótica deverá ser considerada neste artigo, pois capta as estratégias de inserção das concepções caras à doutrina católica na sociedade civil.

A construção de um discurso com elementos comuns é fundamental para a defesa da posição adotada pela CNBB. Embora haja divergências internas importantes entre agentes e grupos ligados à Igreja Católica, ao se posicionarem na arena pública estas diferenças não aparecem, colocando-se ênfase no posicionamento contrário ao uso de embriões em pesquisa.

Entretanto, visto que partimos da noção de controvérsia, não consideramos a Igreja Católica como uma voz única e consensual, embora ela assim apareça em muitos de seus posicionamentos públicos. Observaremos também a pluralidade desta instituição, composta por variados agentes e instâncias, com diversas formas de ação e variada produção discursiva de seus agentes em suas intervenções no espaço público.

Consideraremos, inclusive, as diferenças entre estas intervenções. A Igreja possui estratégias discursivas diversas de acordo com a instância e

o público a que se dirige. Nem sempre isso ocorre de maneira unívoca, pelo contrário, são muitas vozes, diferentes agentes e variadas estratégias discursivas, que levam em conta, também, o público para qual o discurso é dirigido. Assim, sob a aparente organização, há todo um caos de agentes e estratégias discursivas a ser desvendado neste artigo, e por isso a noção de controvérsia é central.

2. A análise de controvérsias

A controvérsia sobre o uso de células tronco embrionárias em pesquisas mobiliza agentes do universo das religiões, da ciência e dos direitos. Para analisá-la estamos utilizando a formulação proposta por Tommaso Venturini (2009), reportando-se a Latour (2007), segundo a qual controvérsias são situações em que ainda não há um compromisso ou consenso para a vida conjunta. Elas são momentos em que vários atores, representando e defendendo diferentes posições, entram em cena na esfera pública, produzindo argumentos e colocando categorias em circulação.

A compreensão da rede (ou das redes) e conexões que compõem cada controvérsia não é tarefa fácil, pois elas são compostas por uma pluralidade de atores e de argumentos conectados entre si. Além disso, as controvérsias são dinâmicas, constituindo-se em momentos em que a vida se torna mais complexa, há alianças e disputas, nada é tão simples quanto parece, todos emitem opiniões e conflitos crescem rapidamente (Venturini, 2009).

Neste artigo, nosso trabalho será explicitar uma parte desta controvérsia: os argumentos e estratégias utilizados pela Igreja Católica, por meio de seus agentes, para se posicionar contra essas pesquisas. Para isso analisaremos as estratégias argumentativas colocadas em prática para se “defender a vida”, em que se procura persuadir sobre a ilegalidade das

pesquisas que se utilizam de células tronco embrionárias (CTE). Ou seja, quais estratégias foram utilizadas pelos agentes na defesa deste argumento, tornando-o um argumento potente e defendido nas diferentes instâncias envolvidas em tal controvérsia.

Desvendar o aparente caos, a nebulosidade que marca essas situações em que o consenso ainda não foi estabelecido é a que se propõe o mapeamento das controvérsias (Latour, 2007). Neste aspecto, segundo Venturinni (2009), importa compreender como o fenômeno é construído. Não é suficiente observar os atores separados ou as conexões entre eles já estando estabilizadas. As configurações mais interessantes são aquelas em que os atores estão renegociando as ligações das antigas conexões.

2.1) A Igreja Católica e o debate público no Brasil

A Igreja Católica está ativamente presente no espaço público brasileiro, marcando suas posições e buscando mobilizar fiéis em sua defesa. Esse fato pode ser percebido em diferentes situações. O site mantido pela CNBB, por exemplo, nos fornece dados sobre o posicionamento e a participação da Igreja Católica em discussões políticas nacionais. Há notícias, discussões e campanhas a respeito de temas relacionados à política e à sociedade brasileira.

O posicionamento da Igreja Católica frente às questões políticas no Brasil, especificamente no que se refere à constituição dos direitos e da cidadania, não é recente. Ela é considerada, na história política do país, como uma das principais instituições da sociedade civil a empreender luta em busca da restauração dos direitos civis e respeito aos direitos humanos durante o regime ditatorial (Rosado-Nunes, 2008).

A produção de discursos sobre a “política” e o “social” é uma prática comum entre os bispos no Brasil. Ernesto Seidl (2007) realizou uma análise da forma como a CNBB constrói um discurso unívoco sobre os

temas em pauta nestas áreas. O autor buscou evidenciar a lógica da produção de representações pelo alto clero, considerado como grupo homogêneo que produz mensagens unívocas para públicos variados. Segundo o autor, os bispos, por meio da CNBB, estabelecem um discurso articulado sobre suas posições “políticas e sociais” – o autor usa os termos entre aspas para evidenciar a existência de um sentido próprio atribuído a essas palavras pelo grupo de clérigos que compõem a congregação.

Seidl demonstra que os posicionamentos são produzidos internamente, havendo conferências e discussões para informar e problematizar sobre “a realidade do país e do mundo”. Cada tema é debatido com base em opiniões de cientistas – sociólogos, economistas, cientistas políticos – de forma a legitimar a posição da Igreja como instituição capaz de falar com autoridade sobre uma ampla gama de temas. Após cada congresso a conferência produz um documento analítico sobre a conjuntura nacional e internacional, discutido na abertura da reunião e fechado em seu último dia. Este é apenas um exemplo da forma como os representantes da Igreja se inserem nos debates públicos nacionais, produzindo documentos que expressem oficialmente seus posicionamentos sobre variados temas.

Embora as posições da CNBB apareçam como unívocas, elas são precedidas por longos debates e questionamentos internos, que podem ser muito acalorados, confrontando posições diversas dos bispos sobre os temas colocados em pauta. Entretanto, essas discussões precedem a elaboração de documentos, quando a CNBB se manifesta na esfera pública, ela o faz como uma voz e um posicionamento únicos, mesmo que se tratem de temas extremamente conflituosos internamente.

Esta forma de agir foi notada em relação ao julgamento da ADI em questão. Ao observarmos os argumentos colocados em circulação na arena pública por representantes oficiais da Igreja Católica, especialmente aqueles ligados à CNBB, encontramos uma grande uniformidade nos

argumentos. A diversidade encontrava-se na maneira como esses argumentos eram acionados nos diferentes planos, para públicos diversos.

3. Agentes, argumentos e posições

3.1) As instâncias da Igreja Católica

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil ganha destaque nesta controvérsia desde o momento de sua constituição, ao se colocar como parte interessada no julgamento da ADI contra o artigo 5º da Lei de Biossegurança. A partir de então, em todos os momentos posteriores, ela se fez presente: constituiu advogado para se pronunciar contra a liberação das pesquisas durante o julgamento; pronunciou-se nos debates midiáticos, tanto na mídia católica, como nos sites da CNBB e da rede Canção Nova, como na mídia laica, em revistas e jornais de ampla circulação nacional; e durante a audiência pública que antecedeu ao julgamento, quando alguns dos cientistas que se manifestaram contra a liberação das pesquisas eram ligados à CNBB e à Igreja.

A Igreja Católica possui setores específicos para lidar com as questões de bioética. Estes setores estão presentes tanto no Vaticano quanto na hierarquia nacional, representada pela CNBB. Em nível nacional, a CNBB possui a Comissão de Bioética, composta por cientistas, que promove congressos e debates sobre estes temas. Quando alguma questão é posta em discussão no espaço público, como o julgamento sobre a liberação de pesquisas com as células tronco embrionárias, algum representante da CNBB, geralmente ligado à Comissão de Bioética, é chamado a se pronunciar. Na controvérsia em questão, a CNBB foi várias vezes chamada a se colocar na mídia, onde teve espaço para argumentar e defender sua posição.

Iniciamos o mapeamento desta controvérsia identificando os argumentos arregimentados pelos agentes favoráveis a ADI em duas instâncias: a mídia católica e a audiência pública. Analisamos artigos e notícias publicados no site da CNBB e no site da rede de televisão Canção Nova. O primeiro foi escolhido por ser o site oficial da Conferência e o segundo por se tratar de um dos sites católicos mais acessados da atualidade, pertencente ao canal Canção Nova de rádio e televisão. A partir deste primeiro mapeamento notamos o destaque da participação da CNBB nessa controvérsia, como demonstraremos com detalhes a seguir.

Os discursos analisados foram produzidos por agentes pertencentes a diferentes instâncias ligadas à Igreja Católica durante o ano de 2008, posicionados em diversos níveis da hierarquia católica. Dessa maneira, diferentes atores e diversos planos discursivos foram considerados durante a análise. Uma vez identificado o argumento nuclear de “defesa da vida”, foi central compreender como este argumento se apresentava nas diferentes instâncias.

Constatamos que os discursos variavam de acordo com a instância/ agente que o produzia, bem como de acordo com o plano discursivo em que estava inserido. Nos discursos presentes nesses diversos níveis estão inseridos elementos de base teológica/doutrinal, bem como elementos de base científica, que aparecem com maior ou menor força e recorrência de acordo com a instância analisada e o interlocutor para quem a fala é direcionada.

Importa notar que as instâncias que se voltam para a bioética estão inseridas em comissões que defendem a vida. A Comissão de Bioética está incorporada organizacionalmente na Comissão de Vida e Família. Desta maneira, observamos que a proximidade entre os conceitos de *vida* e de *bioética* estão nas premissas da instituição católica, sendo observadas em sua própria organização.

3.2) Argumento: defesa da vida

O argumento que tem força na controvérsia sobre o uso de células tronco embrionárias em pesquisas, adquirindo ampla penetração e divulgação, é a “defesa da vida”. Ele é repetido de diversas maneiras nos locais onde tal controvérsia se desenvolveu, sendo o argumento em torno do qual se agregam as posturas da Igreja contra o aborto, a eutanásia, a fertilização *in vitro*, além do uso de células tronco embrionárias em pesquisas.

Em todos os artigos e notícias publicadas nos dois sites analisados, a “defesa da vida, desde seu princípio até seu fim natural” está presente¹. Para a Igreja Católica, desde o momento da fecundação há vida, por isso todas as práticas mencionadas são condenadas. Esta posição é amplamente presente nos artigos, sendo classificada como em “defesa da vida”. Além dos artigos e notícias, a “defesa da vida” está também presente na Instrução *Dignitas Personae*², em textos da Comissão de Bioética e foi tema da campanha da fraternidade do ano de 2008.

A vida, nesta concepção, é compreendida como vida humana. Trata-se da defesa da vida de pessoas humanas, ou seja, desde a fecundação considera-se a existência de uma pessoa humana.

Associada à “defesa da vida” está a concepção oposta: a supressão da *vida* dos embriões. A produção de embriões inviáveis por meio da fecundação *in vitro*, a sua utilização em pesquisas, o aborto³, todas estas ações são classificadas como crimes contra a vida. Ao se colocarem como defensores da vida (embrionária) aqueles que não compartilham desta concepção, sejam cientistas, juristas, participantes de movimentos ou mulheres que praticam o aborto, são considerados como supressores de vida, e, em alguns textos, chamados de criminosos e assassinos.

Este entendimento está calcado na doutrina católica, que afirma o início da vida na fecundação por ser este o momento em que a alma é incorporada ao ser. Como a condição humana no catolicismo está

relacionada à presença da alma, a partir do momento em que há alma, há também vida humana, desde este momento a humanidade está estabelecida (Ranquetat, 2011). Considera-se, portanto, o embrião, o feto, ou simplesmente a célula fecundada como *pessoa humana*. O marco de início da vida para o catolicismo é claro: a fecundação. E em defesa da vida do embrião-pessoa que ela se volta com força argumentativa em suas diversas instâncias e níveis hierárquicos.

O estatuto de pessoa atribuído ao embrião fica ainda mais evidente quando observamos que associados à “defesa da vida” surgem três outros argumentos: a de que a utilização de embriões em pesquisa suprimiria a dignidade humana destes seres (humanos, pois); retirar-lhes-ia o direito à vida e, por fim, de que o Estado brasileiro teria a obrigação de proteger a vida destes embriões.

Ao possuir vida, o embrião humano é concebido como um ser humano único, que possui direitos e deve ter estes direitos garantidos pelo Estado. Autores que se detiveram sobre temas que envolvem a bioética, como a reprodução assistida (RA), já haviam constatado a pessoalização do embrião. Naara Luna constatou a tendência a se humanizar o embrião fora do corpo pelas usuárias dos serviços de reprodução assistida (Luna, 2007). Tânia Salem (1997) observou que o embrião é tratado como pessoa pelos agentes envolvidos na RA, como os médicos. O feto possui o mesmo estatuto que a mãe, sendo concebido enquanto pessoa e possuindo direitos, como o direito à tratamento médico, independentemente da vontade da mãe, inclusive.

Neste aspecto, segundo Rothman (1987) técnicas médicas recentes, como a ultrassonografia e a cirurgia fetal vêm contribuindo para a construção de representações do feto como indivíduo. “A tecnologia da gravidez é uma tecnologia de separação e de individuação — a tecnologia está ajustada para estabelecer o reconhecimento do feto como separado da mãe” (Rothman, 1987, p. 114).

Essas concepções não são exclusividade do universo da reprodução assistida, pelo contrário, estão também presentes entre os agentes religiosos envolvidos na controvérsia sobre as CTE, como constatado por César Ranquetat: “o embrião, mesmo o embrião extracorporal fecundado *in vitro*, já é uma vida humana” (p. 41, 2011).

Dessa maneira, considerar o embrião como pessoa humana, atribuindo-lhe vida, dignidade, direitos e proteção do Estado foi uma concepção recorrente no discurso dos agentes que se colocaram contra a totalidade da Lei de Biossegurança. Tentaremos avançar neste ponto, compreendendo como esses argumentos ganharam força na controvérsia em questão. Sem dúvida, a sua exaustiva repetição em todas as instâncias e níveis da Igreja Católica foi um elemento importante, que colocou essa concepção em ampla circulação, potencializando-a.

A grande adesão e repetição da “defesa da vida” traz legitimidade e força à concepção de que os embriões têm vida e são pessoas humanas, devendo por isso serem defendidos. Trata-se de um argumento generalizado, que mobiliza um número significativo de pessoas em seu redor, mostrando-se convincente.

3.3) Agentes

O argumento em defesa da vida é bastante difundido em todas as instâncias, sendo divulgado e repetido em diversos planos discursivos e por variados agentes. Os agentes que se destacam nesta controvérsia são aqueles que se aproximam do universo científico: possuem formação acadêmica, produzem artigos, tem currículo científico, ou seja, são capazes de manipular os bens simbólicos que possuem valor no universo acadêmico científico.

Como já referido, o discurso dos agentes religiosos varia de acordo com o plano discursivo no qual ele opera, bem como de acordo com os

interlocutores para quem é dirigido. Em todas as instâncias analisadas estas variações foram constatadas: nos artigos e notícias presentes nos sites, na Campanha da Fraternidade de 2008 e na audiência pública. No caso da audiência pública, todos os discursos foram pronunciados por cientistas, tendo como interlocutores juristas, a comunidade científica e a opinião pública. Já a Campanha da Fraternidade é formulada para toda a comunidade católica. Voltaremos a estas duas instâncias posteriormente.

As maiores variações ocorreram no site da CNBB, onde observamos dois tipos de artigos: aqueles que possuem um caráter acadêmico, utilizado-se de valores da academia e/ou da ciência, da biologia, da medicina, da bioética e da ética para questionar o uso de células tronco embrionárias em pesquisas e outros; que utilizam ideias centrais na “defesa da vida”, porém possuem um formato de opinião.

Os textos que possuem formato acadêmico são acompanhados pela formação do autor. A CNBB assume a autoria de todos os artigos publicados em seu site, embora a assinatura do autor também esteja presente. Já para se manifestar em outras mídias são designados especialistas sobre o tema. Como durante o julgamento do STF e/ou na mídia ao longo da controvérsia que o precedeu, em que peritos em bioética se pronunciaram vinculando seu nome à Congregação. Os artigos e notícias publicados no site da Canção Nova sobre as CTE durante o ano de 2008 são exemplo disso. Todas elas são assinadas por “Dr. Frei Moser, porta voz da CNBB para assuntos de bioética”.

Há, pois, planos de análise distintos. Um deles é o site da CNBB, espaço aberto, onde sacerdotes, independentemente de suas qualificações, se manifestam, e as mídias de maior alcance e ocasiões públicas, como a audiência pública, onde peritos sobre o tema proferem pareceres.

Os porta vozes têm suas qualificações profissionais colocadas em destaque, sendo identificados como médicos, professores, pesquisadores. A titulação dos autores/entrevistados é especialmente recorrente, como

uma forma de legitimar estes agentes em tratar sobre temas relacionados à ciência. O caso de Frei Moser é novamente ilustrativo, ao escrever para a *Canção Nova*, além da titulação de doutor, está presente o seguinte minicurrículo ao final dos artigos:

Frei Antônio Moser é Diretor Presidente da Editora Vozes, professor de Teologia Moral e Bioética no Instituto Teológico Franciscano (ITF) em Petrópolis - RJ, membro do Conselho Administrativo da Diocese de Petrópolis, Pároco da Igreja de Santa Clara, membro da Comissão de Bioética da CNBB, Presidente da Comissão de Bioética da Universidade Católica de Petrópolis - UCP, além de conferencista no Brasil e no exterior. Escreveu 25 livros e inúmeros artigos científicos para revistas nacionais e internacionais. Além disso, desenvolve intensa atividade pastoral, sendo um dos grandes especialistas brasileiros em Pastoral Familiar e Bioética.

Além disso, o autor também possui uma página própria, na qual há um link para o seu currículo e para as suas publicações recentes. Frei Moser é um exemplo de agente que domina os bens simbólicos importantes no universo acadêmico, legitimando-o para se pronunciar sobre bioética.

Todos os agentes que falaram em nome da CNBB nesta controvérsia são sacerdotes ou cientistas com formação e/ou especialização nas áreas de conhecimento envolvidas no caso. Cientistas, médicos, biólogos, juristas, usam seus conhecimentos para legitimarem a posição comum “em defesa da vida”.

Elementos “acadêmico-científicos” são utilizados para colocar argumentos importantes para a doutrina católica em circulação, legitimando posições da Igreja no espaço público. Especialistas e cientistas, com amplo capital simbólico e legitimidade para apresentar argumentos de acordo com valores e normas tradicionalmente classificados como “científico”, falam em nome do catolicismo.

Além disso, congressos, conferências, titulações, publicações, todos estes elementos que possuem também valor no universo da ciência e da academia também estão presentes na Igreja Católica. A estrutura de congresso, com conferências e grupos de discussão, em que a formação acadêmica dos conferencistas é colocada em destaque, é uma indicação de que a Igreja Católica compartilha elementos da academia. Estes dois universos estão profundamente imbricados. Há sacerdotes-cientistas, comissões católicas formadas por cientistas (sacerdotes e leigos). Há congressos e conferências organizados por setores da Igreja. Este fato foi ainda melhor constatado a partir da análise detalhada dos discursos presentes no espaço público, como veremos a seguir.

3.4) Argumentos, estratégias e penetração do discurso

A. A sobreposição de ciência e fé: o discurso dos sacerdotes

O discurso científico é utilizado pelos representantes da Igreja, como cientistas e sacerdotes acadêmicos, para embasar a sua posição contra o uso de células tronco embrionárias em pesquisas. Utilizaremos aqui como exemplo o texto base da Campanha da Fraternidade de 2008 e alguns artigos publicados por sacerdotes cientistas nos sites católicos.

Parcela dos textos analisados, principalmente no site da CNBB, pertence a áreas do conhecimento específicos, escritos por especialistas a partir de argumentos de seu campo de conhecimento: a bioética, a ética, o direito, a medicina ou a biologia. Estes textos são escritos conforme as regras da academia, com citações de autores e fontes, e utilizando conceitos das diversas áreas.

Este padrão se repete no texto base da campanha de 2008, elaborado por cientistas, possuindo 108 páginas. Uma das autoras deste texto foi também ouvida na audiência pública do STF. O texto base é apresentado aos párocos, possuindo também uma versão em slides, como uma

aula em que os sacerdotes aprendem as ideias que deverão ser trabalhadas em suas paróquias ao longo do ano litúrgico. Ambos são repletos de dados, tabelas, gráficos que buscam evidenciar a existência da vida desde a fecundação até o seu fim natural. Além disso, o texto usa dos referenciais científicos na estruturação da escrita, usando citações, fontes e referências bibliográficas e também utilizando conceitos de áreas de conhecimento relacionadas à bioética.

Quando tratam especificamente do uso de CTE em pesquisas adotam uma postura científica desde o início, explicando o que são estas células:

Existem dois tipos de células-tronco: as embrionárias (CTE) que, como o próprio nome diz, são as células do embrião humano nos seus primeiros dias, em uma etapa, que os estudiosos chamam de blastocisto – estrutura formada após sete dias da fecundação, ou seja, aos sete dias de vida da pessoa humana. Estas células são chamadas de totipotentes, isto é, têm a capacidade de se autorrenovar e se diferenciar nas células dos 256 tecidos do organismo humano. (Texto base da CF 2008, p. 34)

A explicação mostra a presença de termos e explicações da ciência justapostas às concepções teológicas. Termos como blastocisto, totipotentes, demonstram a importância da explicação científica. Entretanto, a frase explicativa sobre o que é o blastocisto já revela a sobreposição de explicações científicas às concepções teológicas ao colocar que “após sete dias da fecundação, ou seja, aos sete dias da vida da pessoa humana”. O blastocisto, pois, já é classificado enquanto pessoa humana, concepção cara à doutrina católica. Neste ponto fica clara a concepção, apontada anteriormente, de que a partir do momento da fecundação já existe a presença de uma pessoa humana: o blastocisto, o embrião, o feto etc.

Notamos que a discussão é empreendida no campo da biomedicina, em torno de pesquisas e conceitos deste campo. O argumento contra

os bioeticistas defensores das pesquisas é embasado em conceitos da biologia e da biomedicina. O texto traz resultados de pesquisas e referências, como textos da revista científica *Nature*, entre outras referências científicas. Assim, dados e formato acadêmico científico são marcantes no texto, sendo por meio dele que os autores questionam e buscam invalidar os argumentos de seus interlocutores: os defensores do uso de CTE em pesquisas.

Apesar disso, a concepção de destruição da *vida* é reiterada em todo o texto. Embora utilize o aparato acadêmico, as colocações necessitam da concepção primordial de que os zigotos com até quatorze dias já tem *vida*, sendo, portanto, *peças humanas*. A grande questão ética colocada pelos autores é destruição dos embriões para se obter CTE, pois se trata da destruição *de vidas de peças humanas*, fato inaceitável.

Concepções teológicas e fundamentos acadêmicos estão profundamente imbricados, mostrando que “ciência” e “religião” não possuem fronteiras fixas neste caso. Em um mesmo texto os autores lançam mão de argumentos relacionados à fé e à doutrina católicas simultaneamente aos da razão/ciência. Este padrão de sobrepor elementos de fé e dados científicos em um mesmo discurso se repete em artigos de sacerdotes acadêmicos.

Os agentes que se pronunciam em nome da instituição católica operam com capitais simbólicos e dominam formas discursivas associados às ciências e à academia. Por este motivo disputam em regime de igualdade com os cientistas não católicos sobre as questões colocadas em pauta na esfera pública brasileira, como a controvérsia sobre a Lei de Biossegurança demonstra. Este fato fica ainda mais claro na observação da audiência pública anterior ao julgamento, em que o peso da fundamentação científica é ainda maior.

B. A importância do discurso científico: a audiência pública

Todos os onze especialistas que se manifestaram contra o uso de células tronco embrionárias em pesquisas tinham formação acadêmica, sendo pesquisadores e/ou professores de universidades brasileiras⁴. O argumento central de todos os pesquisadores era que a vida humana teria início na fecundação, usando dados científicos para provar esta concepção. Evidências de diferentes áreas da medicina e da biomedicina foram utilizados:

No primeiro momento, na fecundação, já estão definidas as características únicas de um indivíduo. Todas as suas características genéticas estão reunidas, portanto, o embrião já é um indivíduo, sem cópia igual (Especialista 3).

Cerca de 2 a 3 horas depois o embrião já se comunica com a mãe. Pelo menos cem neurotransmissores são emitidos pelo embrião para os 75 trilhões de células existentes no corpo da gestante, que começa a sofrer mudanças hormonais (Especialista 5).

Para levar a discussão para o ambiente *in vitro*, basta constatar que o embrião cresce por ele mesmo. Após o quinto, dia, se este embrião não for transferido para o útero da mãe ele morre, mas o seu desenvolvimento até este dia é autônomo” (Especialista 8).

Observamos, pois, que os dados científicos, como a presença dos neurotransmissores e a reprodução das células fora do útero são tomados como evidências de que desde o momento da fecundação já existe vida. A genética é também utilizada para demonstrar a *vida* humana do embrião, a sua condição humana é dada pela presença de um código genético único, fator que lhe atribui individualidade, sendo por isso considerado uma pessoa em fase de constituição.

A vida humana, segundo estes argumentos, é percebida na unicidade, na autonomia e na capacidade de comunicação do embrião. Todos os argumentos apontam para a individualização do embrião. A autonomia, dada pela capacidade de se desenvolver de forma independente, e a individualidade, dada pelo genoma exclusivo, são características individualizantes que aproximam o embrião dos atributos do indivíduo moderno estudado por Dumont (1985).

Autoras que se detiveram sobre a questão do estatuto do embrião apontaram que, ao se discutir o embrião e a categoria que ele ocupa, discute-se também a pessoa, seus significados e seus atributos. Neste aspecto, estudos sobre o embrião extracorporal desenvolvidos por elas apontaram que a definição do embrião como pessoa, nestes casos, revela o indivíduo, categoria de pessoa ocidental (Luna, 2007).

No discurso dos cientistas apontados, esta característica foi observada: a condição de pessoa do embrião é constatada pela presença dos atributos do indivíduo moderno: autonomia, capacidade de comunicação e especificidade. A constatação da condição humana, portanto, parte dos critérios associados à racionalidade, como a presença do sistema nervoso, à individualidade, pela presença do código genético único, e à autonomia, pela capacidade de se desenvolver fora do útero.

Neste aspecto, a condição de pessoa seria o marco do início da vida, é ela que estes cientistas procuram comprovar para demonstrar que desde o momento da fecundação já existe vida: a existência da pessoa humana com os atributos do indivíduo moderno.

Dessa maneira, por possuir status de pessoa, o embrião possui dignidade e deve ter os seus direitos defendidos. Ou seja, a discussão ética presente no discurso dos bispos está também presente na fala destes cientistas. A diferença está no pressuposto inicial. A disputa na audiência pública girou em torno da comprovação científica da existência de vida no embrião, uma vez comprovada a presença da vida

humana, e, portanto, humanidade, o embrião deve ter seus direitos e dignidade garantidos.

Por outro lado, os cientistas que se pronunciaram a favor da totalidade da Lei de Biossegurança evitavam entrar nas discussões sobre o início da vida. Seus argumentos eram sobre as perspectivas positivas de avanços científicos⁵. Letícia Cesarino (2007), ao analisar a aprovação da Lei de Biossegurança pelo poder legislativo, destacou que a estratégia de defesa empreendida pelos grupos em prol das pesquisas com embriões ocorreu no terreno da argumentação pragmática, na qual duas possibilidades eram apresentadas aos legisladores: ou os embriões seriam usados em pesquisas, possibilitando o desenvolvimento de tratamento para algumas doenças genéticas, ou seriam jogados na lixeira. Esta estratégia demonstrava o cenário de inevitabilidade do descarte dos embriões excedentes produzidos nos procedimentos de fecundação *in vitro*. Neste aspecto, segundo a autora, no debate para a aprovação da legislação de Biossegurança as questões sobre o estatuto do embrião permaneceram pendentes. O foco esteve nas pesquisas e nos seus resultados.

Os cientistas que enfatizavam a questão do início da vida eram aqueles alinhados contra o uso de embriões em pesquisa. Neste ponto é interessante notar a proximidade no uso de argumentos e categorias entre ambos, cientistas contra as pesquisas com uso de embriões e sacerdotes. Os sacerdotes usam as evidências da ciência para legitimar suas posições em defesa da vida. Os cientistas defendem a vida devido às evidências da ciência (que são produzidas por eles mesmos). Porém, as categorias vida humana, dignidade da pessoa, embrião pessoa, direitos humanos aparecem todas imbricadas nos discursos de ambos.

Destacamos que durante a audiência pública argumentos teológicos ou doutrinários não foram utilizados pelos opositores às pesquisas, seu vocabulário foi estritamente científico. Também a filiação religiosa destes cientistas não foi mencionada, embora a proximidade de alguns

deles com a Igreja Católica tenha sido constatada, neste contexto estes vínculos não são explicitados.

Quando os argumentos são direcionados para outros cientistas, ou para juristas e para a opinião pública, os laços dos agentes com o catolicismo, bem como o uso de termos ou argumentos que se remetam à doutrina ou a fé católica não estão presentes. Neste plano de análise agentes e discursos que possuem legitimidade são aqueles do universo acadêmico científico, sendo que o uso de pressupostos, argumentos e vocabulário teológico doutrinal não produz convencimento.

Já em outros planos discursivos, em que os agentes podem ser os mesmos, mas que a interlocução é com o público católico em geral, a formulação do argumento em defesa da vida acontece de outra forma.

C. A disseminação dos argumentos: o discurso dos sacerdotes e a CF 2008

As categorias e argumentos contra as pesquisas com CTE são disseminados internamente para o público católico, pelos agentes e instâncias da Igreja. Neste aspecto, sacerdotes não especialistas também se pronunciaram nesta controvérsia, produzindo artigos dirigidos para o público católico que lê os textos publicados nos sites. Estes artigos não possuem a preocupação com as regras científicas, tendo o formato de artigos de opinião. Apesar disso, mantêm elementos do argumento desenvolvido pelos intelectuais e cientistas católicos, sendo que algumas ideias possuem grande recorrência.

Destacam-se duas delas, aparecendo muitas vezes associadas nos artigos: a condenação ética da manipulação de embriões, e o de que o uso e descarte de embriões não pode ser justificado em prol da evolução da ciência⁶. Apesar de não possuírem a acuidade conceitual e o desenvolvimento argumentativo presente nos textos dos sacerdotes cientistas, a ideia central está posta. Como na seguinte passagem:

É eticamente justificável manipular embriões humanos para essa finalidade? A finalidade boa justifica a manipulação? [...] Por ser vida humana em desenvolvimento – ainda que bloqueado em estado de crio-conservação – não se pode justificar nunca a destruição de um embrião humano. O tradicional e consolidado princípio ético deve ser aqui aplicado com rigor: o fim bom não justifica os meios eticamente reprováveis. (CNBB, 16 de junho de 2009)

O pressuposto da existência de *vida humana*, do embrião ser uma *pessoa* em desenvolvimento compõe o discurso destes sacerdotes, estando a reprovação ética, desenvolvida em uma linguagem menos acadêmica, embasada nela. Dessa maneira, a concepção da condição humana do embrião, observada anteriormente, é reproduzida nos textos dos sacerdotes comuns, demonstrando a densidade e a penetração deste argumento.

Além disso, em grande parte destes textos é também observada a interlocução com os grupos defensores da totalidade da Lei de Biossegurança (atores importantes nesta controvérsia). Conforme mencionamos, este debate ganhou grande repercussão na mídia, onde um dos grandes argumentos a favor da liberação das pesquisas era a sua importância para o progresso da ciência e a cura de doenças genéticas e degenerativas. Neste aspecto, a resposta em um plano argumentativo relacionado à biologia e à medicina se fazia também necessária. A alegação de que as pesquisas com CTE não trariam resultados significativos, presente na fala de cientistas e sacerdotes cientistas, foi um segundo argumento constante nos artigos analisados.

Há, pois, dois planos discursivos. O primeiro deles calcado na doutrina católica e em argumentos científicos que defendem a existência de vida humana desde a fecundação. A concepção de que o embrião é vida humana aparece de forma primordial, sendo a premissa básica a partir da qual defende-se a dignidade e os direitos do embrião pessoa, no plano da ética, da biologia e da medicina.

O segundo plano discursivo responde à mídia e aos cientistas que defendem a liberação do uso de células tronco embrionárias em pesquisa devido às promessas de grandes avanços científicos e esperança de curas, visando desqualificar estas informações. Além de crime contra a vida, seriam mortes em vão, pois sequer a garantia de curas seria real.

A menor complexidade destes artigos contribui para a disseminação e popularização destas concepções entre um público mais amplo, neste caso, entre aqueles que acessam as mídias católicas.

Por fim, outra importante relação estabelecida é entre a liberação do uso de CTE em pesquisas e o aborto, em alguns artigos esta relação é muito clara: “Da morte do ser humano eliminado no uso de células tronco embrionárias, que, na prática, leva a justificação do aborto. Não só se pratica o mal, mas tenta-se justificá-lo e transformá-lo em bem e em expressão de progresso” (CNBB, 12 de janeiro de 2009).

A liberação das pesquisas seria o caminho para a descriminalização do aborto. Este foi um dos artigos em que a relação aparece de forma mais explícita. Trata-se, nesta concepção, da perda do valor da *vida*. Os argumentos que defendem o uso de células tronco embrionárias também pode servir para defender o aborto, pois em ambos os casos há a concepção de que os embriões *ainda não são vida*. Esta relação fica mais clara na CF, seja em seu texto base, onde a o uso de CTE e o aborto são dois itens de um mesmo capítulo denominado “A vida não nascida”, seja nas ações, imagens e hinos produzidos a partir dele, que tem grande penetração em todas as paróquias brasileiras.

4. A Campanha da Fraternidade 2008

No mesmo ano do julgamento da ADI a campanha da fraternidade (CF) lançada pela CNBB tinha como tema “Fraternidade e Defesa da Vida”.

A referência à Defesa da Vida, presente desde o título da campanha, volta-se para temas sobre o início e o fim da vida: aborto, eutanásia, englobando discussões sobre o estatuto do embrião.

A proximidade temática aponta a circulação destas concepções elaboradas pela intelectualidade católica em todos os níveis da Instituição Católica. A grande penetração da Campanha por meio de sua reprodução em todas as paróquias brasileiras demonstra como estas ideias são amplamente disseminadas pela CNBB: as categorias científica e doutrinariamente elaboradas são veiculadas para o público católico em geral.

As Campanhas da Fraternidade são anualmente lançadas pela CNBB, abordando um tema específico a cada ano, que é recolocado a cada ritual celebrado durante o ano litúrgico. Elas são compostas por pregações, cânticos, passagens bíblicas que são repetidas durante os rituais católicos em todas as paróquias brasileiras, especialmente nas missas, ao longo do ano. Dessa maneira, os católicos que eventualmente ou constantemente participem destes rituais entram em contato, em diferentes medidas, com as ideias postuladas por elas.

O texto base lança as concepções centrais a serem trabalhadas, que são traduzidas em uma linguagem menos cientificista, de forma a se tornarem compreensíveis a um grupo maior. Primeiro para os sacerdotes, padres e bispos responsáveis pela condução da campanha em suas paróquias, em seguida para os católicos em geral, frequentadores de missas, novenas, entre outros rituais. Nesta etapa, imagens, como cartazes e vídeos, e hinos são produzidos com base nestas concepções.

Este material (hinos, imagens e mensagens) possui circulação muito mais ampla do que o texto base, e a sua observação nos permitiu compreender como estas categorias e argumentos são apresentados. Como no caso deste trecho do hino oficial da CF 2008:

Com tristeza vejo a *vida* desprezada,
Nos meus filhos e em toda a natureza.
Me entristece tantas *vidas abortadas*,
Dói em mim a violência e a pobreza.
Pelas margens desta vida há tanta gente
Que implora por justiça e *dignidade*.
Respeitar, cuidar da vida é o que te peço;

A defesa da vida está presente no hino oficial, repetindo-se também em outros materiais. Além disso, o hino possui também um clipe que associa versos a imagens, sendo que em mais de uma passagem quando a palavra “vida” ou “escolha da vida” são mencionadas surge a imagem de uma mulher grávida ou, ainda mais emblemático, a de um feto. Essa associação traz em si a concepção de que o feto é vida.

Dessa forma, esta ideia, científica e filosoficamente elaboradas por intelectuais vinculados ao catolicismo, é largamente veiculada de forma imagética e musical.

Além disso, a focalização está no embrião ou no feto, colocando-os como centro das imagens, e não na mulher grávida. Ele surge de maneira quase independente à mãe, como um “ser livre e flutuante”, segundo os termos cunhados por Rothman (1987, p. 114) em relação ao feto no contexto da reprodução assistida. Trata-se da vida do feto que está sendo focada, independentemente de sua mãe.

Estas estratégias imagéticas evidenciam ainda mais a individuação do embrião já mencionadas anteriormente, fato que também foi apreendido nas paróquias durante o período da CF 2008. As paróquias tem liberdade de criar estratégias para disseminar as concepções das Campanhas. No caso da CF 2008 uma estratégia nos chamou particularmente a atenção: a Arquidiocese do Rio adotou como símbolo um boneco no formato e no tamanho de um feto de três meses de gestação. Além do cartaz afixado

nos murais, algumas igrejas como a de Santa Margarida Maria, na Lagoa, e São Judas Tadeu, no Cosme Velho, na Zona Sul do Rio, deixaram o boneco em exposição no altar. Colada ao minúsculo boneco havia um cartaz com a inscrição “Eu já tenho vida”. Assim, a associação entre o feto e vida humana, a sua individualização e independência, divulgados pelo hino e vídeos oficiais da CF, ganham materialidade na arquidiocese do Rio de Janeiro, disseminando ainda mais esta concepção.

As estratégias de divulgação das concepções e argumentos pela CNBB merecem ser aprofundadas em outra ocasião, porém, destacamos que ideias, argumentos e conceitos não ficam restritos à intelectualidade do catolicismo, à sua hierarquia ou ao clero, possuindo ampla dispersão.

Considerações finais

A controvérsia em torno da liberação do uso de CTE em pesquisas desenvolveu-se nos mais variados âmbitos religiosos (institucional, denominacional, verbal, pessoal, público etc.). Ela extravasou o círculo estreito da vida acadêmica sendo progressivamente capturada por agentes políticos, religiosos e mediáticos. O argumento chave em torno do qual se agruparam os agentes – religiosos ou não – que se posicionaram contra a liberação do uso das células tronco embrionárias em pesquisa foi a “defesa da dignidade da pessoa humana”, abrigo em seu cerne a questão da definição da condição humana.

O processo de produção de legitimação do argumento “em defesa da vida humana” não passou por uma articulação discursiva exclusivamente teológica. A concepção de que a vida humana tem início no momento da fecundação buscou se tornar convincente por meio do uso paralelo de argumentos doutrinários e científicos. Concepções teológicas e razões científicas se mostraram profundamente imbricadas nesta controvérsia.

A Igreja Católica pronunciou-se em termos de razão pública para a sociedade estatal e civil através do discurso de cientistas e sacerdotes cientistas, seja na audiência pública, no texto base da CF ou nos artigos de religiosos. Nos discursos dos agentes envolvidos nesta controvérsia não houve fronteiras entre os campos. A defesa das posições políticas foi embasada em posições doutrinárias e defendida em termos da ciência e da ética. A ciência no mundo contemporâneo possui um grande prestígio na construção de verdades, e a Igreja Católica tem se apropriado do modelo científico para produzir verdades e legitimar concepções caras a sua doutrina.

Além disso, a repetição do argumento nos variados níveis e âmbitos do catolicismo corroborou na produção da verdade da concepção de que os embriões possuem condição humana. Por este motivo a circulação e penetração deste argumento foi importante. A Igreja Católica possui uma sofisticada rede de construção de argumentos e defesa de suas posições, constituída por cientistas, intelectuais e teólogos, porém, estes argumentos cientificamente elaborados precisam de densidade para se tornarem convincentes. Esta densidade é obtida por meio da disseminação das concepções em todos os planos do catolicismo, inclusive em sua base.

Notas

- ¹ Para a análise dos documentos foi utilizado o software de análise de discurso Atlas TI. Com a ajuda desta ferramenta, notamos que o código “defesa da vida do início ao fim” foi o que mais se repetiu nestes documentos, estando presente ao menos uma vez em cada uma das notícias ou artigos de bispos.
- ² Publicada no segundo semestre de 2008, esta instrução trata dos temas relacionados às novas tecnologias reprodutivas. As rápidas mudanças nas tecnologias e ciências impulsionaram a escrita e publicação deste texto pelo Vaticano.
- ³ Como ao longo do ano de 2008 os temas colocados em pauta na mídia estavam relacionados ao início da vida (como o aborto e o uso de células tronco embrioná-

rias), a defesa da vida desde o seu início aparece de forma muito mais recorrente nos artigos e notícias analisados do que aqueles relacionados a seu fim, como a eutanásia.

- 4 Exceto uma das especialistas, que possui a formação em medicina, mas nenhuma outra titulação ou vínculo como professor ou pesquisador.
- 5 Os argumentos dos defensores das pesquisas com CTE não são alvo deste artigo. Os dados para realização desta pesquisa foram obtidos no âmbito do projeto “Religião e Controvérsia Pública” financiado pela Fapesp. Este artigo refere-se aos resultados obtidos durante o primeiro ano de trabalho, sendo que para a sua continuidade está prevista a análise dos discursos e posições de outros agentes envolvidos nesta controvérsia.
- 6 Em análise realizada por meio do software Atlas TI os códigos que sobrepujam à manipulação de embriões como eticamente condenável estavam presentes em grande parte dos artigos de bispos codificados. Fato semelhante foi observado na ideia recorrente de que o progresso da ciência não pode justificar o uso de embriões em pesquisas.

Referências bibliográficas

CESARINO, Letícia

- 2007 “Nas fronteiras do ‘humano’: os debates britânico e brasileiro sobre a pesquisa com embriões”. In *Mana*, v.13, n. 2, pp. 347-380.

DUMOND, Louis

- 1985 *Essais sur l'Individualisme*. Paris, Essais.

GIUMBELLI, Emerson

- 2002 *O Fim da Religião: Dilemas da Liberdade Religiosa no Brasil e na França*. São Paulo, Atar Editorial.
- 2008 “A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil”. In *Religião e Sociedade*, v. 28, n. 2, pp. 80-101.

GOMES, Edlaine; NATIVIDADE, M. T. & MENEZES, R. A.

- 2009 “Parceria Civil, Aborto e Eutanásia: controvérsias contemporâneas”. In GOMES, Edlaine (org.), *Perspectivas de Pesquisa em Religião*. São Paulo, Ideias e Letras.

- HARVEY, David
1992 *A Condição Pós Moderna*. São Paulo, Edições Loyola.
- LATOUR, Bruno
2007 “La cartographie des controverses”. In *Technology Review*, n. 0, pp. 82-83.
- LUNA, Naara
2002 “As novas tecnologias reprodutivas e o estatuto do embrião: um discurso do magistério da Igreja Católica sobre natureza”. In *Antrophológicas*, ano 6, v. 13(1), pp. 57-74.
2007 “A Personalização do embrião humano: da transcendência na biologia”. In *Mana*, n. 13 (2), pp. 411-440.
- MONTERO, Paula
2006 “Religião, Pluralismo e esfera pública no Brasil”. In *Novos estudos – Cebrap*, n. 74, pp. 47-65.
- PIERUCCI, José Flávio
1996 *Realidade Social das Religiões no Brasil*. São Paulo, Hucitec.
- PORTIER, Philippe
2012 *Droit, éthique et religion. De l'âge théologique à l'âge bioéthique*. Paris, Bruyant.
- RANQUETAT, César Alberto
2011 “Ciência e Religião: os debates em torno das pesquisas com células tronco embrionárias no Brasil”. In *Ciências Sociais e Religião*, ano 12, n. 13, pp. 37-56.
- ROSADO NUNES, Maria José
2008 “Direito, cidadania das mulheres e religião”. In *Tempo social*, v. 20, n. 2.
- ROTHMAN, Barbara
1987 *The Tentative Pregnancy: Prenatal Diagnosis and the Future of Motherhood*. New York, Penguin Books.
- SALEM, Tania
1997 “As novas tecnologias reprodutivas: o estatuto do embrião e a noção de pessoa”. In *Mana. Estudos de Antropologia Social*, 3(1), pp. 75-94.

SEIDL, Ernesto

2007 “Um discurso afinado: o episcopado católico frente à ‘política’ e ao ‘social’”.
Horizontes Antropológicos, v. 13, n. 27, pp. 145-164.

VENTURINI, Tomazo

2009 “Diving in Magma”, forthcoming. In *Public Understanding of Science*.

Documentos e fontes bibliográficas primárias

Texto base da Campanha da Fraternidade de 2008.

Tema: Fraternidade e defesa da vida humana. disponível em: http://www.cnbb.org.br/site/publicacoes/documentos-para-downloads/cat_view/241-cf-campanha-da-fraternidade/263-cf-2008. Acesso em 15 jan. 2013.

Hino da CF 2008

Campanha da Fraternidade

<http://www.youtube.com/watch?v=wn3jhnRdgkE>. Acesso em 15 jan. 2013.

Artigos disponíveis no site da CNBB: www.cnbb.org.br

“Células-tronco embrionárias humanas: salvar uma vida justifica destruir outra?”

Escrito por CNBB. Pe. Guaraciba Lopes de Oliveira Júnior, em 16 jun. 2009.

“Dom Antônio Augusto faz análise do uso das células-tronco embrionárias”

Escrito por CNBB. Em 26 nov. 2008, 15h49.

“Uma estranha punição”

Escrito por CNBB. Dom Aloísio Roque Oppermann, em 28 set. 2009.

“O Tempero do Mundo”

Escrito por CNBB. Dom Aloísio Roque Oppermann, em 29 jun. 2009.

“Andando na contramão”

Escrito por CNBB. Dom Aloísio Roque Oppermann, em 27 de jan. 2009.

“Células-tronco e pesquisa científica”

Escrito por CNBB. Dom Eduardo Benes de Sales Rodrigues.

“Escolhe a vida”

Escrito por CNBB. Dom Eduardo Benes de Sales Rodrigues, em 13 mar. 2009.

Artigos disponíveis no site da Canção Nova: www.cancaonova.org

“Células Embrionárias: qual a pergunta que falta fazer?”

Dr. Frei Antônio Moser, em 14 jan. 2008.

“Células tronco e os mistérios da vida”

Dr. Frei Antônio Moser, em 22 nov. 2007.

“Células-tronco: Entre a Ilusão e a Realidade”

Dr. Frei Antônio Moser, em 9 jun. 2008.

“Células-Tronco: Por que este estranho silêncio?”

Dr. Frei Antônio Moser, em 25 ago. 2008.

“Células-tronco: Vitória de quem?”

Dr. Frei Antônio Moser.

“Confira como foi a discussão sobre células-tronco embrionárias”

Da Redação, em 22 abr. 2007.

“Em cima da hora da votação do STF, uma reflexão sobre a vida”

Dr. Frei Antônio Moser, em 3 mar. 2008.

ABSTRACT: This article examines a part of the controversy surrounding the embryonic stem cells use liberation on scientific research. It focuses on the positioning contrary to the liberation taken by agents linked to the Catholic Church. We will analyze arguments and strategies that are employed by those agents in order to position against the liberation, adopting a position “in defense of life”, and we shall expose the different ways by which this position is defended on different instances involved in this controversy. The centrality of theological/doctrinal-based elements and of scientific-based elements will be observed in each one of the Catholic Institution instances, constituting an important part of the construction of the legitimacy of its argument against the use of embryonic stem cells in research.

KEYWORDS: Controversy, public space, embryonic stem cells, Catholic Church, bioethics.

Recebido em agosto de 2012. Aceito em abril de 2013.